

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL

Procedimento n.º 47/2023/IGeFE

RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO E SUBSCRIÇÕES MICROSOFT “CAMPUS”

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131.º e seguintes do código dos contratos públicos, na sua atual redação)

Departamento de Administração Geral
Núcleo de Contratação Pública

Parte I

Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I – OBJETO E CONTRATO

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar por cada entidade adjudicante atenta a Clausula 2ª do presente Caderno, na sequência do presente procedimento pré-contratual, por concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia que tem como objeto a **“Renovação do Licenciamento e Subscrições Microsoft “Campus”**.
2. A tipologia, quantidade e requisitos técnicos, abrangidos pela presente aquisição são as que se encontram definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.
3. O presente procedimento insere-se no CPV 48900000-7 - Pacote de software e sistemas informáticos diversos e 72268000-1 - Serviços de fornecimento de software a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

CLÁUSULA 2.ª

Entidade adjudicante

1. Para o presente contrato foi constituído um agrupamento de Entidades Adjudicantes constituída pelas seguintes entidades:

- a. Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGEFE), com o número de pessoa coletiva 600 086 631, com sede na Avenida 24 de julho, n.º 134, 1399-054 Lisboa;
- b. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), com o número de pessoa coletiva 600 084 906, com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134 - 1399-054 Lisboa;
- c. Direção-Geral da Educação. (DGE), com o número de pessoa coletiva 600 084 809, com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 140, 1399-025 Lisboa;
- d. Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), com o número de pessoa coletiva 600 084 787, com sede na Avenida 24 de Julho, 136 - 1350-346 Lisboa;
- e. Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), com o número de pessoa coletiva 600 086 020, com sede na Praça de Alvalade, 12- 1700-037 Lisboa;
- f. Construção Pública, E.P.E. (Construção Pública), anteriormente designada Parque Escolar, E.P.E., com o número de pessoa coletiva 508 069 645, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 2, 1350-178 Lisboa.
- g. Conselho Nacional de Educação (CNE), com o número de pessoa coletiva 600027457 com sede na Rua Florbela Espanca, 1700-195 Lisboa.

2. Durante a execução do Contrato, o Agrupamento de Entidades nomeou o IGeFE, IP. com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 21 394 92 00, de telefax +351 21 390 70 03 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt, como sua representante.

3. A entidade representante acima nomeada tem as todas as competências para gerir o contrato, à luz das competências que lhe estão cometidas pelo Código dos Contratos

Públicos, exceto a decisão de cessão de contrato por parte do Adjudicatário e resolução de contrato que terão de ser aprovadas por todos os membros do Agrupamento de Entidades.

4. No presente Caderno de Encargos, sempre que esteja a expressão “Entidade Adjudicante” dever-se-á considerar Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

5. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>

CLÁUSULA 3.ª

Documentos integrantes do Contrato

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, entre o Adjudicatário e o Agrupamento de Entidade Adjudicantes, que são solidariamente responsáveis entre si, e que tem por objeto a “Renovação do licenciamento e subscrições Microsoft “campus””.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe, segundo o n.º 5 do art. 96.º do CCP.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pela entidade adjudicante e aceites pelo adjudicatário, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

6. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

CLÁUSULA 4.ª

Local de execução do contrato

A execução do contrato será desenvolvida nos sistemas de informação da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 5.ª

Prazo de vigência do contrato

1. O contrato terá a duração de 12 meses com início de vigência a partir da data da última assinatura eletrónica aposta no respetivo contrato, ou da comunicação do nº de compromisso caso não haja lugar a contrato escrito ao abrigo do disposto no art. 95º do CCP ;

2. Excepciona-se do número anterior, quanto à data de início vigência do contrato, a entidade adjudicante CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E cujo contrato inicia a sua vigência a 25 de agosto de 2023 e termina a 24 de agosto de 2024.

3. As licenças objeto do contrato devem ficar disponíveis para cada entidade adjudicante no prazo de 7 (sete) dias úteis após a assinatura do mesmo, ou da comunicação do n.º de compromisso, caso não haja lugar a contrato escrito.

4. O termo do contrato não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
5. O prazo de execução suspende-se, pelo período requerido e fundamentado pelo adjudicatário desde que autorizado pela entidade adjudicante, nos termos a seguir indicados, ou por iniciativa da entidade adjudicante, devidamente fundamentada.
6. A suspensão prevista na primeira parte do número anterior opera mediante requerimento fundamentado do adjudicatário com a antecedência mínima de 30 dias sob o respetivo início do período requerido, e apenas se expressamente deferido pela entidade adjudicante nos 5 dias úteis subsequentes ao do pedido efetuado.

CLÁUSULA 6.ª

Preço base

1. O preço base máximo para efeitos do presente procedimento é de **364 090,76 € (trezentos e sessenta e quatro mil, noventa euros e setenta e seis cêntimos)**, ao qual acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), representando a soma dos preços base afetos a cada entidade adjudicante, conforme tabela infra:

Entidade Adjudicante	Preço Base	PB por extenso
IGEFE	227 172,00 €	Duzentos e vinte e sete mil, cento e setenta e dois euros
DGEEC	8 122,80 €	Oito mil, cento e vinte e dois euros e oitenta cêntimos

DGE	43 975,40 €	Quarenta e três mil, novecentos e setenta e cinco euros e quarenta cêntimos
IGEC	17 863,60 €	Dezassete mil, oitocentos e sessenta e três euros e sessenta cêntimos
DGESTE	37 141,96 €	Trinta e sete mil, cento e quarenta e um euros e noventa e seis cêntimos
CONSTRUÇÃO PÚBLICA	28 074,40 €	Vinte e oito mil, setenta e quatro euros e quarenta cêntimos
CNE	1 740,60 €	Mil, setecentos e quarenta euros e sessenta cêntimos
Total	364 090,76 €	trezentos e sessenta e quatro mil, noventa euros e setenta e seis cêntimos

2. A fixação do preço base nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, foi baseada numa consulta preliminar ao mercado efetuada pelo IGeFE, I.P. e que se encontra anexa ao procedimento aquisitivo.

CLÁUSULA 7.ª

Caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, porquanto o preço contratual é inferior a € 500.000,00.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 8.ª

Preço contratual

1. Pela renovação do Licenciamento e Subscrições Microsoft “Campus”, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Não há lugar à revisão ou à atualização do preço contratual.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da(s) prestação(ões) e execução contratual por parte do adjudicatário, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na Cláusula 11.ª do presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a entidade adjudicante só se obriga a pagar ao adjudicatário pelos bens ou serviços que efetivamente venham a ser disponibilizados ou prestados.
3. Constitui obrigação da entidade adjudicante disponibilizar ao adjudicatário todos os meios necessários para a execução do contrato.
4. Constitui ainda obrigação da entidade adjudicante o acompanhamento da entrega e execução, resultante do contrato a celebrar, pelo gestor de contrato e suplente designados na Cláusula 31.ª, nos termos do artigo 290-A.º do CCP.
5. A entidade adjudicante procederá igualmente à comunicação ao adjudicatário da alteração do gestor de contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do contrato.
6. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do

objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.

7. O atraso em qualquer momento por parte da entidade adjudicante no cumprimento de obrigações pecuniárias, não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato celebrado, salvo se a invocação da exceção de cumprimento não implicar grave prejuízo para a realização do interesse público.

CLÁUSULA 10.ª

Condições e prazo de pagamento

1. Cada entidade adjudicante que compõe o Agrupamento de Entidades Adjudicantes fica obrigada a pagar por inteiro ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pela renovação do Licenciamento e Subscrições Microsoft “Campus”, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente caderno de encargos.
2. Só são devidos pagamentos ao adjudicatário a partir da disponibilização das licenças e/ou ativados os serviços.
3. O valor a faturar é de 100% do preço contratual, e a fatura apenas será passível de ser emitida após a disponibilização das licenças, através de notificação da sua conformidade (por e-mail) por parte da respetiva entidade adjudicante e/ou ativados os serviços.
4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contar da data de entrada da fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que a mesma tenha sido aprovada, nos termos dos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.
5. A fatura apresentada pela disponibilização das licenças, objeto deste Caderno de Encargos, deve conter os seguintes elementos identificativos, sem os quais serão devolvidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário:

- a. Número de compromisso que, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, for identificado para o contrato [a indicar pela repetitiva entidade adjudicante];
 - b. Número de contribuinte da correspondente Entidade Adjudicante a que a fatura se refere.
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar a fatura quando esta não respeite o contrato ou o presente Caderno de Encargos.
7. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outra fatura devidamente corrigida em sua substituição.
8. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações é aplicável o disposto nos artigos 299.º e 326.º do CCP, na sua atual redação, e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.
9. A faturação da Construção Pública E.P.E., será regida de acordo com as seguintes condições:
 - a. Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, a faturação relativa aos bens efetivamente fornecidos deve ser obrigatoriamente submetida por via eletrónica, no sistema de receção de faturação adotado pela Construção Pública E.P.E.- disponibilizado pela YET – Your Electronic Transactions, Lda. (YET), até ao 5.º dia do mês seguinte àquele a que se reporta;
 - b. A fatura deve conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação do fornecimento, o número do contrato, a identificação do Cocontratante, a identificação do contraente público, a identificação da entidade beneficiária se distinta do contraente público, identificação do representante fiscal do Cocontratante caso exista, as condições do fornecimento, as condições de pagamento, as informações sobre ajustamentos e encargos caso se aplique, o número de compromisso atribuído e a referência do respetivo Certificado para

Emissão de Faturação (CPEF) emitido pela Construção Pública E.P.E nos termos dos números seguintes, devendo vir acompanhada deste último documento.

- c. Com a conclusão do fornecimento, o Cocontratante deve obter a aprovação dos mesmos pela Construção Pública E.P.E, devendo para tal, apresentar uma Solicitação para Emissão de Faturação (SPEF) no Portal da Construção Pública E.P.E (<https://www.parque-escolar.pt/pt/empresas/fornecedores.aspx>), juntando-lhe todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência, designadamente, Auto de Receção dos Bens ou outros documentos comprovativos, nomeadamente Guias de Remessa/ Transporte ou Relatórios.
- d. Após a aprovação, pela Construção Pública E.P.E, do fornecimento, é disponibilizado, ao Cocontratante, no Portal da CONSTRUÇÃO PÚBLICA, o CPEF, que constitui comprovativo de que o mesmo se encontra adequadamente aprovado pela Construção Pública E.P.E, e, portanto, passível de ser faturado.
- e. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias a contar da data de receção da fatura no sistema de receção de faturação adotado pela CONSTRUÇÃO PÚBLICA.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

CLÁUSULA 11.ª

Faturação eletrónica

No âmbito da execução do contrato, o adjudicatário deve cumprir com o regime estabelecido no artigo 299º-B do CCP.

CLÁUSULA 12.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação de proceder à disponibilização dos bens objeto do presente procedimento, e da prestação de serviços inerentes, nos termos constantes das cláusulas técnicas consignadas no presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário deve designar o representante perante a Entidade Adjudicante para efeitos de acompanhamento da execução do contrato e a articulação com o gestor do contrato da Entidade Adjudicante previsto na cláusula 31.^a.
3. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços de pós-venda decorrentes da renovação e subscrição das licenças abrangidas pelo presente procedimento.
4. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente todos os documentos em língua portuguesa ou inglesa que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
5. Apenas se consideram disponíveis as licenças com a aceitação de conformidade comunicada por escrito pela entidade adjudicante.
6. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
7. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.^o do CCP, na sua atual redação;
 - b. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar com a entidade adjudicante;
 - c. Não alterar as condições da execução do contrato fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;

- d. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens e são prestados os serviços associados, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como alterações dos seus quadros ou funcionários com relevância para a prestação de serviços;
- f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

CLÁUSULA 13.ª

Outros encargos

- 1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da Lei ou do contrato.
- 2. São, designadamente, da responsabilidade do adjudicatário:
 - a. Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário ou de passagem em transporte;
 - b. Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos da Lei e regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais do adjudicatário;

- c. Encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente, de utilização de *software*, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias;
 - d. Despesas respeitantes ao cumprimento da obrigação de prestação de quaisquer garantias exigidas no contrato, designadamente, de bom e pontual cumprimento.
3. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo as da prestação da caução, caso haja lugar.

CLÁUSULA 14.ª

Dever de Informação

1. O adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela entidade adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 10 (dez) dias, à entidade adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeça o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

CLÁUSULA 15.ª

Garantia técnica

1. Os prazos de garantia mínimos dos bens objeto do presente procedimento são os legalmente definidos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP, conjugado com o Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, na sua redação atual, no entanto, caso o prazo de garantia definido pelo adjudicatário seja superior ao estabelecido pela lei, vigorará esse prazo.
2. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da aceitação dos bens.
3. A garantia inicia-se a partir da data da assinatura do auto de receção, e abrange, na medida do aplicável:
 - a) O fornecimento, a correção, a montagem ou a integração dos bens ou quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação, de entrega ou àquele que for indicado pela Entidade Adjudicante;

g) A mão-de-obra.

4. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.

5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

CLÁUSULA 16.^a

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativamente à entidade adjudicante, a que tenham acesso ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático), sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato salvo se tal for autorizado expressamente, por escrito, pela Entidade Adjudicante.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, o adjudicatário obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela entidade adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e

b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.

5. De igual forma, o adjudicatário garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.

6. O adjudicatário obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto, relativa à proteção de dados pessoais e no Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho, relativa à proteção jurídica de bases de dados.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção e tratamento de dados pessoais (IGeFE)

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

2. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., enquanto entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;

3. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

4. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., esteja especialmente vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

5. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
6. Prestar ao IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
7. Manter o IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
8. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso no desenvolvimento da atividade;
10. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

11.O IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos dados pessoais o direito de acesso, de retificação, de atualização, de apagamento e de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito dirigido ao IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., para o endereço de correio eletrónico protecao.dados@igefe.mec.pt.

12.O titular dos dados tem, ainda, o direito de poder apresentar reclamação à autoridade de controlo e à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

13.O IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. possui um Encarregado para a Proteção de Dados, Mário Feliciano, que pode ser contactado através do correio-electrónico: mario.feliciano@igefe.mec.pt, através do telefone 213 949 200 ou para a seguinte morada: Avenida 24 de Julho, 134 - 1399-054 Lisboa.

CLÁUSULA 18.ª - A

DADOS PESSOAIS_DGEEC

1. O contrato, no que respeita ao tratamento de dados pessoais, tem a justificação legal do tratamento de dados pessoais necessários e fundamentais à prossecução da missão, atribuições e competências da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência previstas, respetivamente, no artigo 1.º e nas alíneas a), b), c), d), e), f), o), p) e q) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 13/2012, de 20 de janeiro; regendo-se ainda pelo Código de Conduta e pela política de privacidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses

dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), adiante designado RGPD, sendo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência o responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7) e 8) do artigo 4.º, do n.º 1 do artigo 24.º e do n.º 1 do artigo 28.º todos do RGPD.

3. O tipo de dados, as categorias dos titulares dos dados, as operações de tratamento de dados pessoais bem como as condições de conservação e armazenamento e respetivo prazo de conservação serão devidamente especificados em anexo ao presente contrato, quando assim se justifique.

4. Entre as partes contratantes, respetivamente enquanto responsável pelo tratamento de dados e subcontratante, são estabelecidos e reciprocamente aceites os seguintes direitos e obrigações:

a. O adjudicatário comunica, no prazo de 5 dias a contar da data da outorga do Contrato, a entidade adjudicante da informação relativa ao seu *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados), designadamente o contacto telefónico e o endereço de correio eletrónico.

b. O adjudicatário acede à informação e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação de serviços abrangida pelo contrato, exclusivamente para esse fim, na medida, por conta e de acordo com as instruções da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e nos termos da legislação aplicável, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no RGPD.

c. O adjudicatário deve fornecer à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência se requerido, a documentação necessária para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações e permitir que eventuais verificações, previstas no âmbito do RGPD, sejam realizadas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência ou por outra entidade credenciada ou por aquela mandatada para o efeito.

- d. O adjudicatário deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou a aceder a dados pessoais, nos termos e para os efeitos das especificações técnicas descritas no contrato, têm os conhecimentos necessários e especializados para aplicar as medidas técnicas e organizativas, de modo que o tratamento que efetuem seja conforme com o RGPD e demais legislação aplicável.
- e. O adjudicatário obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela utilização dos dados pessoais e pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores, e entidades públicas ou privadas subcontratadas ou terceiros, quando for o caso.
- f. O adjudicatário obriga-se a tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção (*Privacy by design*) e da proteção de dados por defeito (*Privacy by default*), no que diz respeito às ferramentas que adquire e utiliza, produtos, aplicações ou serviços prestados por subcontratados.
- g. A entidade adjudicatária, no momento da recolha dos dados, para efeitos das operações necessárias a realizar, que possam envolver dados pessoais sob responsabilidade de tratamento da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, deve informar os titulares dos dados ou os seus representantes legais.
- h. Para efeitos do número anterior, o adjudicatário deve manter os respetivos registos individualizados por titular de dados, por representante legal quando for o caso, por cada operação de tratamento, de acordo com as indicações expressas da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.
- i. O adjudicatário no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD deve auxiliar a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência no cumprimento da obrigação de responder aos pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais.

j. Quando os titulares dos dados pessoais, para efeitos de exercício de direitos legalmente protegidos, solicitarem diretamente ao adjudicatário, esclarecimentos sobre questões de privacidade dos sistemas de tratamento de dados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, aquela deve enviar os pedidos, em caso de necessidade, para o seguinte endereço de correio eletrónico:

dpo@dgeec.medu.pt

k. O adjudicatário através do responsável pelo tratamento de dados, deve notificar a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência de qualquer violação de dados pessoais, que cause impacto nos direitos do titular dos dados, de acordo com os critérios que venham a ser definidos pela autoridade de controlo nacional, num prazo máximo de 24 horas após o conhecimento dos mesmos, e pelos seguintes meios:

i. - Mensagem para o seguinte endereço de correio eletrónico:

dpo@dgeec.medu.pt

ii. - A notificação deve ser acompanhada de toda a documentação relevante a fim de permitir à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º ou 34.º do RGPD.

l. A informação a disponibilizar pela entidade adjudicatária à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência deve conter toda a informação requerida pela autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados, CNPD) para efeitos de notificação de violação de dados pessoais, conforme informação disponibilizada em:

i. https://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm

m. O adjudicatário apoia em caso de necessidade, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência responsável pelo tratamento de dados, na realização de

avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD.

n. As avaliações de impacto referidas na alínea anterior atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro.

o. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e o adjudicatário comprometem-se a implementar as medidas de segurança, previstas nas orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março e outras medidas específicas que sejam necessárias implementar, nomeadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD.

p. A entidade adjudicatária deve disponibilizar à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos.

q. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativamente aos seus sistemas e plataformas informáticos, compromete-se a fornecer ao adjudicatário as instruções específicas que se revelem necessárias ao tratamento de dados pessoais realizado pelo adjudicatário abrangidos pelo RGPD e demais legislação aplicável.

r. A contratação, pelo adjudicatário, de outro subcontratante está sujeita à prévia autorização por escrito, geral ou específica da primeira outorgante nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD.

s. Os direitos da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e do adjudicatário, atendendo à natureza do tratamento de dados pessoais objeto do contrato são os estabelecidos no RGPD e demais legislação aplicável.

t. O adjudicatário colabora com o *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados) da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

CLÁUSULA 18.^a-B

DADOS PESSOAIS_DGE

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”, adiante designado RGPD) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito ou para efeitos da prestação dos Serviços, nomeadamente, dados pessoais de clientes, trabalhadores, colaboradores e prestadores de serviços da DGE.

2. As partes reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que o adjudicatário tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela DGE para efeitos da prestação dos Serviços:

- a) A DGE atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, conforme estipulado no número 7 do artigo 4.º do RGPD, determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo adjudicatário;

b) O adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante, nos termos previstos no número 7 do artigo 4.º e no artigo 28.º do RGPD, tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções da responsável pelo tratamento desses dados;

c) Entende-se, para este efeito, que tratamento de dados pessoais são as operações, com ou sem recurso a meios automatizados, efetuadas sobre os dados pessoais dos trabalhadores da DGE, incluindo a recolha, o registo, a organização, o armazenamento, a adaptação ou a alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, a transferência e/ou a disponibilização a terceiros, o alinhamento, a combinação, o bloqueamento, o apagamento e a destruição dos dados supra referidos.

3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela responsável dos tratamentos de dados ao abrigo do presente Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

4. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) Tratá-los apenas de acordo com as instruções da DGE, única e exclusivamente, para efeitos da presente prestação dos serviços, cumprindo-se as obrigações estatuídas sobre proteção de dados;

b) Prestar à DGE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente Contrato e manter a DGE informada em relação ao tratamento de dados pessoais;

- c) Prestar assistência à DGE, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação sempre que possível até 72 horas subsequentes ao conhecimento (da ocorrência) de qualquer violação de dados pessoais que ocorra, prestando ainda colaboração à DGE na adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
- d) Colaborar com a DGE tendo em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível adotar as medidas técnicas e organizativas referidas nesta Cláusula, onde se incluem a cifragem ou a pseudonimização aos dados pessoais para reduzir os riscos para os titulares de dados em questão, não excluindo outras eventuais medidas de proteção de dados, e permitindo-se que estas cumpram a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício, por estes, dos seus direitos nos termos da lei;
- e) Não comunicar dados pessoais a terceiros e a prestadores de serviços não autorizados ou não indicados pela DGE;
- f) Consoante a escolha da DGE ou do titular eliminar ou devolver os dados pessoais no momento da cessão do Contrato, apagando quaisquer cópias existentes, exceto se a conservação ou a transmissão dos dados for exigida por lei;
- g) Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome da DGE ao abrigo do presente Contrato, segundo os requisitos previstos na lei;
- h) Cumprir todas as demais disposições legais no que respeita ao registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais previstas na lei;
- i) Não os transferir para fora do Espaço Económico Europeu, sem o consentimento prévio por escrito da responsável pelo tratamento dos dados;

- j) Disponibilizar ao responsável pelo tratamento dos dados todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na lei no respetivo âmbito e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
- k) Assegurar que o pessoal autorizado a tratar de dados pessoais assume um compromisso de confidencialidade e que conhece e se compromete a cumprir todas as obrigações aqui previstas.
5. O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DGE contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O adjudicatário concorda com o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Contrato será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo adjudicatário.
8. O adjudicatário obriga-se a comunicar ao responsável pelo tratamento dos dados qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
9. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a DGE vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação

das normas legais aplicáveis e ao disposto no presente Contrato, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

10. O adjudicatário fica autorizado a recorrer à subcontratação de um terceiro para colaboração na prestação dos serviços, obrigando-se, porém, a assegurar que o mesmo cumprirá o disposto na legislação aplicável, devendo tal obrigação constar de contrato escrito que, para o efeito, se obriga a celebrar com esse terceiro, e bem assim assegurando-se o cumprimento das obrigações decorrentes do RGPD e demais legislação aplicável relativa a Dados Pessoais, vinculando suas ações à essência, natureza e finalidades da presente disposição contratual, no estrito cumprimento do dever de sigilo e de confidencialidade.

11. O adjudicatário, sempre que a DGE receber um pedido de acesso ou retificação de dados pessoais ou uma oposição ao seu tratamento por parte dos seus titulares dos dados, deverá prestar assistência à responsável pelo tratamento dos dados através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares, tendo em vista o exercício dos seus direitos legais.

12. A Direção-Geral da Educação, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos dados pessoais o direito de acesso, de retificação, de atualização, de apagamento e de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito dirigido à Direção-Geral da Educação, para o endereço de correio eletrónico epd@dge.mec.pt.

13. O titular dos dados tem, ainda, o direito de poder apresentar reclamação à autoridade de controlo e à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

14. A Direção-Geral da Educação possui um Encarregado para a Proteção de Dados, Vitor Figueiredo, que pode ser contactado através do correio-eletrónico: vitor.figueiredo@dge.mec.pt, através do telefone 213 936 870 ou para a seguinte morada: Av. 24 de julho, 140 – 1399-025 Lisboa.

CLÁUSULA 18.^a-C**DADOS PESSOAIS_IGEC**

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência, enquanto entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Inspeção-Geral de Educação e Ciência esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Inspeção-Geral de Educação e Ciência, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e. Prestar à Inspeção-Geral de Educação e Ciência toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

f. Manter a Inspeção-Geral de Educação e Ciência informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

h. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso no desenvolvimento da atividade;

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Inspeção-Geral de Educação e Ciência venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

3. A Inspeção-Geral de Educação e Ciência, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos dados pessoais o direito de acesso, de retificação, de atualização, de apagamento e de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito dirigido à Inspeção-Geral de Educação e Ciência, para o endereço de correio eletrónico protecaodados@igec.mec.pt.

4. O titular dos dados tem, ainda, o direito de poder apresentar reclamação à autoridade de controlo e à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

5. A Inspeção-Geral de Educação e Ciência possui um Encarregado para a Proteção de Dados, Maria Fernanda Lopes, que pode ser contactada através do correio-eletrónico: fernanda.lopes@igec.mec.pt, através do telefone 213 924 847 ou para a seguinte morada: Av. 24 de julho, 136, 1350-346 Lisboa.

CLÁUSULA 18.^a-D

DADOS PESSOAIS_DGESTE

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, enquanto entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

e. Prestar à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

f. Manter a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

h. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso no desenvolvimento da atividade;

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

3. A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos dados pessoais o direito de acesso, de retificação, de atualização, de apagamento e de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito dirigido à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para o endereço de correio eletrónico rgpd.dgeste@dgeste.mec.pt.

4. O titular dos dados tem, ainda, o direito de poder apresentar reclamação à autoridade de controlo e à Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares possui um Encarregado para a Proteção de Dados, Maria de Fátima Vicente Silva, que pode ser contactado através do correio-electrónico: fatimavicente.silva@dgeste.mec.pt, através do telefone 218 433 900 ou para a seguinte morada: Praça de Alvalade, nº 12, 1749-070 Lisboa.

CLÁUSULA 18.ª-E

DADOS PESSOAIS CONSTRUÇÃO PÚBLICA

1. O tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento e do contrato objeto do mesmo será feito tendo em vista o cumprimento das obrigações legais relativas à formação e execução de contratos públicos, em estrito cumprimento das normas aplicáveis.
2. O Cocontratante assume-se como subcontratante para efeitos do artigo 28.º do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), uma vez que se obriga ao tratamento de dados pessoais, a que terá acesso, em nome da CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E., sendo responsável por garantir o cumprimento do referido Regulamento, nomeadamente o previsto no n.º 3 do artigo 28.º, bem como o cumprimento de demais legislação em vigor referente à proteção de dados pessoais.
3. Na qualidade de subcontratante, o Cocontratante obriga-se a nomear o encarregado de proteção de dados ou, na ausência deste, um responsável pela proteção de dados, que assume as funções descritas no artigo 39.º do RGPD e outras impostas pelas obrigações decorrentes da adjudicação.

4. A CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E., na qualidade de "responsável pelo tratamento de dados", na aceção do ponto 7) do art.º 4.º do RGPD, pode, a todo o tempo, solicitar informação e documentação de forma a verificar o cumprimento daquele Regulamento, obrigando-se igualmente o Cocontratante a prestar a assistência necessária no sentido de ser assegurado o referido cumprimento.

5. Serão alvo de tratamento pelo Cocontratante, na aceção ponto 2) do artigo 4.º do RGPD e nos estritos termos da legislação aplicável, os dados pessoais com origem em toda e qualquer entidade com quem interaja em virtude da execução do contrato, designadamente: de colaboradores e quaisquer outros terceiros afetos à execução das suas prestações à CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E., e ainda todos os dados recolhidos através das plataformas de comunicação e colaboração fornecidas, bem como os dados relativos à utilização de correio eletrónico, mensagens instantâneas (IM), voz e vídeo, bem como de qualquer documento ou suporte colocado nas referidas plataformas.

6. Para os efeitos do número anterior, o Cocontratante deve estabelecer, com os seus fornecedores, prestadores de serviços ou quaisquer outros terceiros com quem se relacione, as devidas medidas tendentes ao tratamento dos respetivos dados, designadamente por via contratual.

7. No âmbito das obrigações estabelecidas no ponto anterior, deve o Cocontratante veicular, junto dos respetivos titulares (estranhos à CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E.), a informação relativa ao tratamento dos seus dados por parte do responsável pelo tratamento de dados (CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E.), tendo em vista a execução do contrato objeto do presente procedimento.

8. O tratamento acima referido limita-se às ações de recolha e conservação dos dados imprescindíveis para efeitos do cumprimento do presente contrato e concessão de acesso aos titulares, ficando proibida a transmissão de quaisquer dados, salvo prévia e expressa autorização da CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E..

9. O Cocontratante assume a obrigação de avaliar o nível de segurança apropriado ao tratamento das categorias de dados recolhidos, juntamente com o responsável de proteção de dados, no sentido de garantir, nos termos do artigo 32.º do RGPD, a capacidade técnica e organizativa adequada a assegurar, designadamente, a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento de dados, bem como o restabelecimento, a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais, de forma atempada, no caso de um incidente físico ou técnico, conforme com os requisitos do referido regulamento.

10. Compete ao Cocontratante, a obrigação de manter um registo das atividades de tratamento de dados por si realizados ou pelos recursos humanos por si mobilizados para a execução do contrato, nos termos e para os efeitos do artigo 30.º do RGPD.

11. Com o início do contrato o Cocontratante deve apresentar a Declaração de Compromisso de Confidencialidade assinada por seu representante, conforme minuta que constitui o **ANEXO II**.

12. O Cocontratante compromete-se a colaborar, prontamente, com CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E. sempre que tal se mostre necessário para garantir o cumprimento de qualquer obrigação decorrente do RGPD e demais legislação aplicável, competindo-lhe, designadamente, comunicar, de imediato, qualquer risco de violação dos dados a que tem acesso, se for o caso, ou violação efetiva de dados pessoais, para efeitos do artigo 34.º do RGPD.

13. É legalmente proibida a produção de cópias dos dados obtidos, só podendo ser admitida com o prévio conhecimento da CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E., para efeitos da legislação processual penal.

14. A extinção do contrato implica a eliminação de todos os dados (e eventuais cópias) acima referidos que não devam ser mantidos para efeitos do cumprimento de outras

obrigações legais, nomeadamente as fiscais, após prévia comunicação à CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E..

CLÁUSULA 18.^a-F

DADOS PESSOAIS_ CNE

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
2. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, enquanto entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
3. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
4. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o CNE – Conselho Nacional de Educação, esteja especialmente vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
5. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do CNE – Conselho Nacional de Educação, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
6. Prestar ao CNE – Conselho Nacional de Educação toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

7. Manter o CNE – Conselho Nacional de Educação informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
8. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso no desenvolvimento da atividade;
10. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o CNE – Conselho Nacional de Educação venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.
11. O CNE – Conselho Nacional de Educação na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos dados pessoais o direito de acesso, de retificação, de atualização, de apagamento e de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito dirigido ao CNE – Conselho Nacional de Educação, para o endereço de correio eletrónico protecaodedados@cnedu.pt.
12. O titular dos dados tem, ainda, o direito de poder apresentar reclamação à autoridade de controlo e à Comissão Nacional de Proteção de Dados.
13. O CNE – Conselho Nacional de Educação possui um Encarregado para a Proteção de Dados, Manuel Melo, que pode ser contactado através do correio-eletrónico:

protecaodedados@cnedu.pt, através do telefone 217 935 245 ou para a seguinte morada:
Rua Florbela Espanca, 1700-195 Lisboa.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário, quaisquer encargos decorrentes da utilização, disponibilização na execução da Renovação do Licenciamento e Subscrições Microsoft “Campus” mencionado na parte II do Caderno de Encargos, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for, nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

CLÁUSULA 20.ª

Direitos de propriedade intelectual

1. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo adjudicatário para a entidade adjudicante ou pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, incluindo nomeadamente software, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, know-how, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, pertence à entidade adjudicante, ao abrigo do regime da obra por encomenda e como tal cabendo

exclusivamente a este todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal o preço contratual previsto na Cláusula 8ª.

2. O adjudicatário garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que com ele possuam, foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras indicadas no número anterior pertencem exclusivamente à entidade adjudicante.

CLÁUSULA 21.ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na Lei, de forma abusiva.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 22.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes e decorrentes do contrato, cada Entidade Adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, nomeadamente pelo incumprimento das datas e prazos da Renovação do Licenciamento e Subscrições Microsoft “Campus”, por razões imputáveis ao adjudicatário, e pelo incumprimento das características, especificações e requisitos definidos neste caderno de encargos, em especial na sua Parte II, correspondente a 1% (um por cento) por cada dia útil

de atraso na implementação/disponibilização de licenças, não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 3% (três por cento) do valor contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º 1 anterior, relativamente ao objeto contratual cujo atraso na entrega/cedência tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a eventual reiteração, o grau de culpa (dolo ou negligência) do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos à luz do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos desta cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas nesta cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija, para ressarcimento de todos os demais prejuízos causados, uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 23.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e

determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. O adjudicatário é responsável pelos atos e omissões que possam causar prejuízos à entidade adjudicante ou a terceiros, praticados através da ação dos seus trabalhadores e colaboradores, ainda que tais atos ou omissões sejam dolosa ou negligentemente praticados em violação de ordens ou instruções que aquela lhes haja transmitido, no âmbito dos poderes de autoridade e direção que exerce sobre os mesmos.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações

contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 24.ª

Resolução e extinção do contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Não satisfação dos requisitos técnicos e funcionais mínimos, e condições do fornecimento;
 - b) Prestação de falsas declarações.
3. O direito de resolução previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário pela entidade adjudicante.
4. A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.
5. São causas de extinção do contrato:
 - a) O incumprimento;
 - b) A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
 - c) A revogação;
 - d) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

CLÁUSULA 25.ª

Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário

1. Os fundamentos de resolução são os previstos na Lei e no Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário pode resolver o contrato em caso de atraso, por parte da entidade adjudicante, superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de faturas que se mostrem devidas e se o montante em dívida exceder 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. Nos casos previstos no n.º 1 e 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IGeFE, I.P., a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a data de receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a cessação das obrigações do adjudicatário relativamente aos serviços já prestados.

CLÁUSULA 26.ª

Efeitos da Resolução

1. Em caso de resolução do Contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável à Adjudicatária, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização, fixada em 25% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.
2. A resolução do presente Contrato não prejudica a transferência de direitos de autor relativamente às peças ou elementos que, até esse momento, tenham sido apresentados pela Adjudicatária.

CLÁUSULA 27.ª

Responsabilidade

1. A Adjudicatária responde pelos danos que causar à entidade pública contratante, em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ela impendam, nos termos das normas gerais de direito e do presente artigo.
2. A Adjudicatária responde ainda perante a entidade pública contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de prestações emergentes do presente Contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquela.
3. Nenhuma das partes responde pelos danos causados à outra parte, em virtude de incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, designadamente, greves, ou outros conflitos coletivos de trabalho.
4. A parte que pretenda beneficiar do regime acolhido no número anterior deve, para o efeito, informar a outra parte da verificação de uma situação de incumprimento decorrente de caso fortuito ou de força maior, fazendo menção dos factos que, em seu entender, permitem atribuir esta origem ao incumprimento e, ainda, do prazo que estima necessário para cumprir a obrigação em causa.
5. São da exclusiva responsabilidade da Adjudicatária todas as obrigações legais relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente contribuições para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
6. A Adjudicatária, bem como o pessoal que a mesma afete à prestação dos serviços objeto do Contrato, é responsável pela integridade e disponibilidade dos bens e sistemas instalados nos locais a que têm acesso, não os podendo utilizar para outros fins que não os expressamente decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA 28.^a

Alterações ao Contrato

Quaisquer alterações que haja necessidade introduzir no contrato no decurso da sua execução, por aplicação do regime previsto nos arts. 311º a 315º do CCP que disciplina quanto às modificações objetivas do contrato e segundo os limites previstos nos aludidos normativos, serão objeto de acordo prévio entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, só sendo consideradas válidas após terem sido reduzidas a escrito e aprovadas por ambas as partes

CLÁUSULA 29.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato que vier a ser celebrado, nem subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo, sem autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação comprovativos da verificação, quanto à entidade cessionária, dos requisitos exigíveis para o desenvolvimento das atividades objeto do contrato, nos termos exigidos ao adjudicatário pelo Convite.
3. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
4. O decurso do prazo previsto no número anterior sem que a entidade adjudicante tenha emitido decisão sobre o pedido formulado equivale ao seu indeferimento.
5. A cessão da posição contratual e subcontratação pelo adjudicatário, obedece ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
6. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, quando estejam

reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 30.ª

Prazos e regras de contagem na execução

Os prazos estabelecidos para efeitos de execução do contrato que vier a ser celebrado, excluindo os que se inserem nas cláusulas técnicas, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar a partir do momento em que a entidade adjudicante comunica a ocorrência ao adjudicatário;
- b) Os prazos são fixados em dias de calendário, salvo se diferentemente assinalado;
- c) Quando o último dia do prazo for sábado, domingo feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA 31.ª

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações ou notificações por parte de cada entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada com aviso de receção ou fax, de acordo com os seguintes elementos:

Entidade Adjudicante	Contacto de e-mail	Morada
IGEFE	compras@igefe.mec.pt	Avenida 24 de Julho, n.º 134 - 1399-054 Lisboa
DGEEC	compras@dgeec.medu.pt	Avenida 24 de Julho, n.º 134 - 1399-054 Lisboa
DGE	aprovisionamento@dge.mec.pt	Avenida 24 de Julho, n.º 140, 1399-025 Lisboa
IGEC	igec@igec.mec.pt	Avenida 24 de Julho, 136 - 1350-346 Lisboa
DGESTE	josefina.martins@dgeste.mec.pt	Praça de Alvalade, 12- 1700-037 Lisboa
CONSTRUÇÃO PÚBLICA	geral@parque-escolar.min-edu.pt	Avenida Infante Santo, n.º 2, 1350-178 Lisboa
CNE	contratacao.cne@cnedu.pt	Rua Florbela Espanca, 1700-195 Lisboa

2. As comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário devem ser redigidas em português e dirigidas para a sede contratual de cada uma, identificadas no contrato e acordado entre os gestores de contrato, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

3. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:

- Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
- Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;

c) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

5. Qualquer alteração aos dados de identificação das partes que seja necessária para envio de notificações e comunicações deve ser comunicada à outra parte com uma antecedência razoável e acordado entre gestores de contrato.

CLÁUSULA 32.ª

Gestor do Contrato

1. Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante um gestor do contrato e um suplente, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

2. O gestor do contrato tem por função principal o acompanhamento e controlo da execução do contrato, designadamente, desenvolver as seguintes atividades:

- a. Solicitar esclarecimentos quanto à execução do contrato;
- b. Propor medidas de alteração do modo de prestação dos serviços, com vista à melhor adequação ao conteúdo do Caderno de Encargos;
- c. Controlar o cumprimento pelo Adjudicatário dos requisitos técnicos.
- d. Efetuar auditorias para verificar o adequado funcionamento e a qualidade do serviço prestados

3. O adjudicatário deverá indicar a(s) pessoa(s) na sua organização que será(ão)

responsável(eis) pela execução do contrato, e que será(ão) o interlocutor com o gestor do contrato respetivo de cada entidade adjudicante.

4. As comunicações entre o gestor do contrato e o Adjudicatário, designadamente no que respeite ao acompanhamento do contrato, são efetuadas por escrito, não podendo ser invocadas entre ambas quaisquer comunicações ou determinações que não tenham sido submetidas dessa forma.

CLÁUSULA 33.^a

Foro competente para a resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

CLÁUSULA 34.^a

Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as restantes disposições regulamentares em vigor, de acordo com a natureza do objeto a contratar.
2. As normas do Código dos Contratos Públicos relativas à fase de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

PARTE II

Requisitos Técnicas

Licenças a considerar no âmbito do presente Procedimento

A Renovação do Licenciamento e Subscrições Microsoft “Campus” no âmbito do presente procedimento, está expressamente identificadas na Tabela I ao presente caderno de encargos e terão de cumprir os requisitos técnicos nela definidos.

TABELA I

Requisitos técnicos mínimos e quantidades

a. Conjunto de licenças afetas ao IGeFE:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
IGEFE	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	0
IGEFE	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	150
IGEFE	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	54
IGEFE	GST-00001	Power BI Premium P1 Edu Sub	1
IGEFE	P4U-00001	VisioPlan2forEDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10
IGEFE	6QK-00001	Azure prepayment	90

b. Conjunto de licenças afetas à DGEEC:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
DGEEC	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	0
DGEEC	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	70

c. Conjunto de licenças afetas à DGE:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
DGE	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	0
DGE	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	305
DGE	228-04437	SQLSvrStd ALNG LicSAPk MVL	8
DGE	359-00765	SQLCAL ALNG LicSAPk MVL DvcCAL	8
DGE	P4U-00001	VisioPlan2forEDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10
DGE	9EM-00562	WinSvrSTDCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	36
DGE	NK5-00001	PwrBIProforEDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	0
DGE	9GS-00495	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	56
DGE	MX3-00115	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	2
DGE	7MA-00001	ProjectPlan3EDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	30

d. Conjunto de licenças afetas à IGEC:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
IGEC	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	218
IGEC	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	10
IGEC	228-04437	SQLSvrStd ALNG LicSAPk MVL	3
IGEC	359-00765	SQLCAL ALNG LicSAPk MVL DvcCAL	3
IGEC	P4U-00001	VisioPlan2forEDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	1
IGEC	77D-00110	VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	1
IGEC	9EM-00562	WinSvrSTDCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	56

e. Conjunto de licenças afetas à DEGeTE:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
DGESTE	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	490
DGESTE	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	10
DGESTE	228-04437	SQLSvrStd ALNG LicSAPk MVL	3
DGESTE	359-00765	SQLCAL ALNG LicSAPk MVL DvcCAL	3
DGESTE	P4U-00001	VisioPlan2forEDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3
DGESTE	9EM-00562	WinSvrSTDCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	8

f. Conjunto de licenças afetas à CONSTRUÇÃO PÚBLICA:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
PE	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	0
PE	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	120
PE	P4U-00001	VisioPlan2forEDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	5
PE	77D-00110	VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	6
PE	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	4
PE	9GS-00495	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	72
PE	7MA-00001	ProjectPlan3EDU ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10
PE	6VC-01251	WinRmtDsktpSrvcsCAL ALNG LicSAPk MVL DvcCAL	20
PE	7NQ-00302	SQLSrvStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	2

g. Conjunto de licenças afetas à CNE:

Entidade	PartNumber	Descrição	Qtd
CNE	AAD-38391	M365 EDU A3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	0
CNE	AAA-72992	M365 EDU A5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (Original)	15

ANEXO I

(REFERENTE À CLÁUSULA 18.ª-E, N.º11)

Termo de Confidencialidade

COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

No âmbito do contrato n.º/CA/C¹, de², celebrado entre a CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E., na qualidade de responsável pelo tratamento de dados, e o Cocontratante³, na qualidade de Subcontratante, o(a) Senhor(a).....⁴, na qualidade de representante do Subcontratante, compromete-se, durante a vigência daquele contrato e mesmo após a sua cessação, a garantir a não cedência, cópia, reprodução, alteração, apagamento, transferência, divulgação, utilização ou, por qualquer outra forma, a colocação à disposição de terceiros, de todas e quaisquer informações relativas aos dados pessoais a que terá ou teve acesso no decorrer da atividade de tratamento dos mesmos, nos termos estritos do Regulamento Geral de Proteção de Dados e legislação conexa, por força do referido contrato.

O(A) signatário(a) obriga-se a assegurar a realização do tratamento dos dados pessoais a que a sua representada terá acesso, na aceção do ponto 2) do art. 4.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, em estrita observância das instruções da CONSTRUÇÃO PÚBLICA

¹ Referência do contrato

² Designação do contrato

³ Designação do Cocontratante

⁴ Nome completo do representante

E.P.E.. e em cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados, comprometendo-se, ainda, a não transmitir, por qualquer forma, as *passwords* de que seja detentor para efeitos de tratamento de dados.

Excluem-se do dever de sigilo e confidencialidade a informação, a documentação e ações que este seja legalmente obrigado a revelar ou a executar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, sendo que, neste caso, a obrigação de sigilo só é afastada 5 (cinco) dias úteis após ter sido remetido à CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E. o documento que exige o levantamento do dever de sigilo e a respetiva fundamentação legal.

.....⁵,⁶

_____⁷

(.....⁸)

⁵ Local

⁶ Data

⁷ Assinatura Legível ou Assinatura Digital do representante

⁸ Nome completo do representante, caso a assinatura seja digital, esta fica dispensada